

# Sumário

## Capítulo 1

Introdução .....	23
------------------	----

## Capítulo 2

Sistema de Segurança Pública e Persecução Penal .....	27
2.1. Sistema Atual .....	27
2.2. Peças e engrenagens do sistema .....	38
2.3. Conceitos fundamentais .....	47
2.4. Ciclo completo da persecução penal.....	54
2.5. Gatilho de eficácia .....	57

## Capítulo 3

Propostas repelidas de reformulação do sistema .....	65
3.1. Sistemas em perspectiva comparada.....	65
3.1.1. Fatores endógenos dos sistemas .....	71
3.1.2. Os modelos paradigmáticos.....	75
3.1.3. Divisão interna de atribuições pela experiência internacional .....	81
3.2. Transferência de modelos.....	82
3.3. Repelência social e política ao ciclo completo e à carreira única .....	85
3.4. Perda das identidades corporativas.....	100
3.5. Incongruência dos argumentos do ciclo completo e carreira única .....	105
3.6. Impossibilidade de extensão do termo circunstanciado às Polícias Ostensivas .....	113

## Capítulo 4

<b>Metodologias das mutações institucionais.....</b>	<b>119</b>
4.1. Visão Geral .....	119
4.2. Institucionalismo histórico .....	122
4.3. Institucionalismo da mudança gradual .....	125
4.3.1. Frouxidão institucional .....	125
4.3.2. Agentes de mudanças graduais .....	128
4.3.3. Tipos de mudanças graduais.....	131
4.3.4. Ciclo completo e o deslocamento.....	132
4.3.5. Termo circunstanciado e a conversão institucional ....	134
4.3.6. Foro privilegiado militar e justaposição institucional ....	141
4.4. Isomorfismo .....	143
4.4.1. Cópia de funções anômalas à segurança pública.....	145
4.4.2. Complementação das lacunas das Polícias Militares pelas Forças Armadas.....	148
4.4.3. Papel da ambiguidade.....	152
4.4.4. Mimetização da investigação alheia.....	155
4.5. Análise de redes.....	160
4.6. Institucionalismo ideacional.....	164
4.7. Institucionalismo sincrético .....	169
4.8. Estruturalismo .....	173
4.9. Racionalidade limitada .....	183

## Capítulo 5

<b>Políticas Públicas de Segurança Pública .....</b>	<b>189</b>
5.1. <i>Accountability</i> .....	189
5.1.1. <i>Accountability</i> horizontal e vertical .....	189
5.1.2. <i>Accountability</i> da prevenção, da investigação e da acusação .....	191
5.1.3. <i>Accountability</i> da instrução processual.....	195
5.2. Agenda política.....	197
5.3. <i>Policy transfer</i> .....	202
5.4. Valorização do agente público .....	212
5.5. Prevenção, reação e estratégias de policiamento.....	218

5.6. Uso parcial dos recursos e atribuições anômalas.....	224
5.7. Delegacias especializadas e falta de critérios científicos de indução.....	227
5.8. Recursos financeiros.....	232
5.9. Custos da violência.....	234
5.10. Gastos desnecessários.....	237
5.11. Pacto corporativo para o ciclo completo de polícia.....	240
5.12. Efeitos concorrenciais do ciclo completo de polícia.....	242
5.13. Conhecimento técnico-jurídico.....	244
5.14. Mutações do modelo de polícia.....	247
5.15. Competição por atribuições e corporação pacificadora.....	251
5.16. Migração funcional das polícias ostensivas.....	254
5.17. Controle externo da Polícia Militar: foro de prerrogativa de função.....	258

## **Capítulo 6**

<b>Correção das engrenagens do sistema.....</b>	<b>267</b>
6.1. Visão Geral.....	267
6.2. Índice de resolução de crimes e incremento da eficácia probatória.....	269
6.3. Suplementando a segurança viária estadual.....	282
6.4. Fungibilidade pericial e necessidade da perícia técnica.....	286
6.5. Desvinculação da Polícia Judiciária do Poder Executivo.....	288
6.6. Ampliação do gatilho de eficácia.....	292
6.6.1. Conceito e previsão legal.....	292
6.6.2. Requisitos.....	296
6.6.3. Correção da reserva jurisdicional.....	305
6.6.4. Infiltração policial.....	307
6.6.5. Rastreamento georreferenciado.....	308
6.6.6. Outras hipóteses.....	310
6.7. Reforço na prevenção por meio das Guardas Municipais.....	310
6.8. Aperfeiçoamento do sistema prisional.....	313
6.9. Termo Preliminar de Ocorrência.....	316
6.10. Audiência preliminar perante o delegado de polícia.....	321
6.11. Acordo de não persecução penal pelo delegado de polícia.....	327

6.12. Oitivas policiais e contraditório diferido .....	332
6.13. Investigação policial por meio tecnológico .....	335
6.14. Investigação criminal patrimonial .....	340
6.15. Fiança e execução antecipada reparadoras .....	344
6.16. Verificação da procedência das informações .....	347
6.17. Flexibilização do prazo de conclusão da investigação criminal .....	351
6.18. Limitação da requisição de diligências pelo Ministério Público .....	353
6.19. Manutenção de formalização mínima das diligências .....	355
6.20. Recurso defensivo ao Delegado-Geral.....	358
6.21. Investigação ministerial e vedação do <i>bis in idem</i> investigativo .....	360
6.22. Período depurador da colaboração premiada .....	364
6.23. Apuração de improbidade administrativa no inquérito policial.....	365
6.24. Ação penal subsidiária da pública inercial.....	368
<b>Bibliografia .....</b>	<b>373</b>